

## MUNICÍPIO DE PAULISTÂNIA



CNPJ nº 01.614.826/0001-03

## LEI ORDINÁRIA nº 520/2.025,

de 08 de Outubro de 2.025.

DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DO ATERRO SANITÁRIO EM VALAS NO MUNICÍPIO DE PAULISTÂNIA E A DESTINAÇÃO DA ÁREA PARA O RECEBIMENTO E TRIAGEM DE RESÍDUOS DE PODAS E RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL – RCC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS...

**LUIZ CARLOS MARQUES**, Prefeito do Município de Paulistânia, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Ordinária:

- **Art. 1º -** Fica determinado o encerramento definitivo das atividades do aterro sanitário em valas localizado na zona rural do Município de Paulistânia, Estado de São Paulo, conforme regulamentação ambiental vigente e mediante aprovação técnica da CETESB Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.
- **Art. 2º -** A área atualmente ocupada pelo aterro sanitário será destinada à implantação de unidade municipal para recebimento, triagem e reaproveitamento de:
- I Resíduos vegetais provenientes de podas, cortes de árvores e limpeza urbana;
- II Resíduos da construção civil (RCC), classificados como classe A e inertes, nos termos da Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas atualizações.
- Art. 3° A nova unidade deverá observar os seguintes princípios:
- I Controle ambiental e sanitário das operações;
- II Incentivo à reciclagem e reaproveitamento de materiais;
- III Inclusão de cooperativas e associações de catadores ou recicladores locais, quando houver e for oportuno.
- Art. 4° O Poder Executivo Municipal deverá:
- I Elaborar e executar plano técnico de encerramento do aterro em conformidade com a legislação ambiental;
- II Solicitar junto à CETESB o licenciamento para a nova atividade de gestão de resíduos não perigosos;
- III Estabelecer sistema de controle e cadastro dos usuários da unidade de recebimento:
- IV Promover campanhas educativas sobre o descarte correto e reaproveitamento de resíduos de poda e RCC.
- **Art. 5º -** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
- Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Afixe-se e Cumpra-se. P M de Paulistânia, 08 de Outubro de 2025.

## LUIZ CARLOS MARQUES Prefeito Municipal

**REGISTRO:** A presente Lei Ordinária foi devidamente registrada pela Secretaria da Prefeitura Municipal sob nº. 520/2.025, em fls. 15, no Livro nº 3 de Registro de Leis Ordinárias.

PM de Paulistânia, 08 de Outubro de 2025.

CLAUDINEI APARECIDO BAUDUINO Procurador Jurídico Municipal